

A floresta é testemunha: por uma re-constituição da cidade

Clarissa Moreira

Arquiteta e urbanista, Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Tradução atualizada pela autora do artigo “La nature en témoin” de Clarissa da Costa Moreira, publicado na Revista Amplitudes- Regards des territoires, La Rambleur, 2020. Org. Henri Pierre Jeudy, a quem agradecemos pela releitura e sugestões.

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para*

Cazuza/Arnaldo Brandão, 1988



Imagem: Naylor Vilas Boas

O Rio de Janeiro é uma das poucas metrópoles em que a natureza parece entrar na cidade de forma definitiva. Sem temor do lugar comum, sabemos que por trás das atrações turísticas de tal entrelaçamento entre a pujante floresta e as conquistas urbanas, ocultam-se muitas das contradições mais dramáticas dos maus tratos a esse excepcional biótopo urbano. Em biologia, o conceito de biótopo se aproxima ao de *habitat* e nele está implícita a ideia de harmonia em relação ao meio. No caso da espécie humana, a relação com o meio ambiente e as formas de vida em geral se encontram em grave crise, num novo estágio de desequilíbrio e ameaça. Pensar em termos de um biótopo urbano em crise no Rio de Janeiro força a convocar a presença não só da espécie humana e suas construções, mas também de tudo aquilo que a precede. De fato, na vida cotidiana carioca se é seguido de perto ou de mais longe por essa vegetação densa, úmida e poderosa - a Mata Atlântica - que às vezes desce quase até o mar.

O Rio de Janeiro não está de modo algum estruturado de acordo com a clássica oposição cidade-natureza, mas não por falta de tentativas... A presença magnânima da natureza, mesmo quando não cobre grande parte dos subúrbios cariocas, ou o faz fora dos holofotes - como é o caso da bela Serra do Mendanha, em Campo Grande, zona oeste

carioca - é ao mesmo tempo vítima e principalmente, testemunha da urbanização ao longo do tempo. Foram inúmeras reconfigurações a partir das primeiras ocupações de influência portuguesa e depois francesa, e, posteriormente, americana...sempre de acordo com a «moda» ou a «desregulação» urbana de cada época. De fato, o Rio de Janeiro sofreu, como muitas cidades, grandes mudanças na paisagem natural, principalmente no início do século XX, com a extração de morros no centro da cidade, - população e tecido urbano incluídos - que deram lugar a aterros, além de outras destruições de grandes partes da cidade antiga para fazer passar o tráfego e erguer grandes torres (ABREU, 1987).

Desde o século 18, havia planos de realocar a capital. Brasília, construída em uma planície sem montanhas ou florestas, oferece o completo oposto do dramático sítio físico do Rio: uma terra verdadeiramente plana e ocupada, segundo o plano de Lúcio Costa, de acordo com os preceitos do urbanismo moderno do início do século XX. Uma internalização estratégica sem muitos acidentes, onde uma longa ditadura se estabeleceu (SEGRE, 2010). O poder central escapou efetivamente do Rio, distanciando-se dele. Esse afastamento da máquina administrativa deixou a cidade em crise por algumas décadas, desde a década de 1970, e certamente este processo pavimentou a via que nos trás hoje à gravidade do presente distópico carioca. A cidade terá sobrevivido até aqui graças à surpreendente aparência de sua localização geográfica e ao fantástico papel que essa "presença diária de natureza sublime" desempenha na imaginação? Mas até que ponto essa presença ainda pode nos apoiar em todos os sentidos da palavra?

Se essa natureza permanece a figuração de um fato cotidiano, ainda mantém seu poder simbólico, marcando limites a qualquer ilusão de predominância da urbanização. Uma cidade considerada patrimônio mundial, graças aos desenhos desta parte da Terra, deve levar adiante o pensamento entre as relações cidade e natureza, isto é, da cidade como um biótopo complexo em si, em fusão com a natureza e o urbano. Vários teóricos do urbano lutam há algum tempo com a questão dessa relação cidade / natureza no âmbito do "desenvolvimento sustentável", mas com que frequência a presença da natureza é reduzida, na prática, a uma paisagem decorativa, com a introdução de um jardim e suas palmeiras de outro lugar ou de um parque, porque é o único possível ... Neste quadro pode até ser sua maior chance a floresta ser a este ponto "a esquecida» no planejamento urbano carioca, se isso não representasse de vez em quando um perigo, quando os

empreendedores imobiliários sonham com novos avanços em locais reservados a parques naturais.

As notícias das crises sistêmicas e globais que fazem certas economias funcionarem e causam tantos danos ao planeta exigem novas relações cidade / natureza ou natureza / cultura. A relação com a natureza ou mesmo com a memórias histórica e social no Rio realmente não excede muito o nível de "marketing turístico". O Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ameaça até de retirar o título de um importante sítio tombado na cidade, o cais do Valongo¹.

Em 2012, foi incluída na lista de paisagens culturais consideradas patrimônio da humanidade, graças à sua paisagem única, construída por elementos naturais que moldam a forma do território. O Comitê também reconheceu a inspiração artística que o Rio oferece a músicos, paisagistas e arquitetos e urbanistas. Para além da visão de patrimônio turístico-natural, olhando a paisagem do Rio não emerge apenas cartões postais, mas um biótopo complexo que acaba permitindo um pouco de democracia forçada pela presença dos pobres na cidade-centro, graças a ocupação dos morros, que geram relações sociais muito específicas e constitutivas das subjetividades dessa cidade.

A natureza local é mesmo testemunha da urbanização desde a colonização até o século XXI, uma imensa presença fora do tempo humano. Esta oportunidade única do ponto de vista urbano é muito subestimada. O desejo permanente de liberar os morros das favelas sempre para compor o quadro estético dominante, a cada dia mais banal e culturalmente empobrecido, é uma maneira de tentar retirá-las da história social da cidade e do verdadeiro biótopo que emerge dessas condições.

Ainda hoje permanece a recorrente atribuição à forma labiríntica das favelas, mais que à própria ausência do Estado e das instituições em todas as suas formas possíveis, da fonte de toda violência e crime, apesar de mais de 10 anos de política de integração e reurbanização, hoje totalmente paralisada. A política de "integração", agora distante também de mais de duas décadas, à partir de programas como o "Favela-Bairro", ainda dá exemplos que nos permitem vislumbrar caminhos a partir das conquistas e dificuldades daquelas experiências (MCGUIRK,2015), mas o que vemos ainda hoje é a

¹ Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cais-do-valongo-corre-o-risco-de-perder-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco.ghtml>.

persistência de análises quase sempre negativas dos espaços populares que frequentemente acabam aprofundando distâncias e relegações ao definir o que é bom, digno ou desejável, de acordo com parâmetros elitistas estéticos, econômicos e sociais e que fracassam em perceber a potência cultural, estética e de memória deste “auto-urbanismo” popular. De tempos em tempos ressurgem esta rejeição sempre latente ao espaço labiríntico das favelas e principalmente à pobreza de seus habitantes, tanto nos discursos urbanísticos quanto nos políticos e jornalísticos.

Hoje, por exemplo, ainda em plena pandemia de covid, requeimam-se os discursos sobre a necessidade do desadensamento urbano apesar de ser praticamente impossível retirar e desalojar milhares de pessoas já instaladas. Esta falsa questão parece funcionar como um nuvem de fumaça, tornando menos flagrante a falta de ação governamental no devido provimento de infraestrutura básica e a ampliação de acesso a serviços urbanos de qualidade, vindo se associar à necropolítica claramente engajada hoje no Brasil.

A situação social mudou menos que a paisagem urbana, permanecendo marcada por grandes e persistentes divisões sociais. A recorrência desse estado de coisas ao longo dos anos é tal que as análises urbanísticas e políticas atuais nos parecem sempre se deparar com o risco de andar em círculos. No entanto, a situação se mantém e se agrava, tendo resultado em grandes tensões sem precedentes no Brasil, iniciadas em grande parte após a série de megaeventos entre 2010 e 2016. Naquele momento, vultuosos investimentos foram aplicados em obras faraônicas e mal concebidas, regadas por corrupção e especulação imobiliária, não oferecendo qualquer tipo de compensação à população, ou muito pouca, como corredores de ônibus (BRTS) que já surgiram superlotados.

Após o grande festim olímpico, perturbado apenas pelos movimentos populares de rua de mais de um milhão de pessoas somente no Rio de Janeiro em 2013 - contra o aumento dos preços dos transportes, mas também contra os investimentos que deixavam de fora as demandas reais - inicia-se uma das épocas mais severas da história desta cidade e de seus habitantes. Neste processo temos hoje o Rio de Janeiro onde uma face militarizada e evangélica se fortalece a cada dia, com um templo a cada 2 km, em média, conforme os mapeamentos disponíveis nas redes.

O Rio de Janeiro com sua natureza poderosa, mesmo que reconstruída, parece hoje enfrentar uma série de pragas bíblicas. A ausência de visões mais afirmativas da metrópole é sentida principalmente em momentos de crise, onde, após uma série de falhas

deliberadas dos grandes projetos urbanos olímpicos, a população se vê vivendo numa cidade falida sujeita a grandes guerras de controle dos territórios entre o exército, as máfias, a polícia. Epidemias de doenças tropicais, aumento visível no número de pessoas sem-teto, chegando a famílias inteiras nas ruas...e agora a grande pandemia de covid que fez tantas vítimas na cidade e no país. E não há êxodo possível, no entanto, não para a maioria.

Nos últimos anos, a natureza parecia reivindicar seus territórios a cada grande tempestade: a queda de importantes infra-estruturas urbanas como túneis ou ciclovias mal construídas que ruíram, rochas que caíram das colinas nas vias expressas, inclusive em bairros ricos. Em 2018, o incêndio destruiu a quinta maior coleção museográfica do mundo, colocando por terra o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo o antropólogo Henri-Pierre Jeudy, o acontecimento apresentava uma figura dupla do desastre, onde *«uma face representa a perda irremediável de objetos de prestígio que escreveram a história e, do outro lado, a outra face que oferece a ostensiva visibilidade das “novas ruínas”, reminiscências das energias coletivas que também traçam a história»* (JEUDY, MOREIRA, 2018).

Apesar de tudo e dessa tensão entre vida e destruição, sempre é possível surpreender-se com essa ordem urbana que pode parecer a um olhar mais normativo como algo caótico, mas que é, em última análise, uma possibilidade ainda a ser conquistada de cidade democrática dada justamente pela presença de morros e da natureza na cidade, como uma abertura na ordem urbana e seu espaço tão hierárquico. Vendo os morros na entrada do Rio de Janeiro, pela ponte Rio-Niterói, ainda se vê a colina onde fica a mais antiga favela existente no Rio, o Morro da Providência, antigo Morro da Favella. O fracasso imobiliário da operação de renovação portuária nos permite ainda vê-los, estes morros históricos do Rio de Janeiro, marcos da história do Brasil. Estas comunidades são exemplos de como esse encontro entre um sítios físico único e a urbanização podem gerar uma forma de democracia espacial na ocupação do território, graças à resistência dos grupos sociais oprimidos, ainda há pouco tempo novamente ameaçados.

Hoje a pandemia soma-se a uma guerra urbana não visível em todos os lugares, mas as estatísticas oficiais mostram números assustadores de ações da polícia e do exército no Rio. Quantas crianças não têm sido vítima fatais dessas operações policiais e militares?

A questão da mortalidade foi levada a um novo patamar, tendo a cidade do Rio de Janeiro ultrapassado largamente valores de países inteiros nos óbitos por covid.

Quando olhamos a longa história da decadência carioca, que passa por alguns momentos de euforia no início da década que só fizeram aprofundar um pouco mais o fosso da desigualdade social e da desesperança, vemos que a saúde precária dos cariocas que resulta em tantas mortes num momento de pandemia - onde as principais vítimas são os idosos, os pobres e os negros - insiste em permanecer como o horizonte atual desta cidade, marcando todo o cenário do passado, do presente e do futuro. No entanto, as lutas continuam como mostraram as mobilizações em plena pandemia de jovens majoritariamente negros em sintonia com a recusa iniciada nos EUA em continuar assistindo aos assassinatos pela polícia dos jovens negros, a quem, em sua grande maioria, é muito cedo roubado todo horizonte de vida e de futuro.

Permanece urgente juntar os cacos e reconstruir a cidade a partir do muito que ainda resta. Com a floresta como norte, pois nunca é tarde para se pensar numa cidade que tire maior partido das possibilidades ambientais, capaz de entender essa relação como sendo parte integrante de um sistema complexo e a partir disso poder retirar seu sustento de forma mais equilibrada, com protagonismo dos grupos sociais desfavorecidos, do meio ambiente, das crianças e dos idosos.

As boas intenções, palavras certas ou a clareza intelectual não tem sido suficientes. É necessário ainda ter propostas factíveis, conhecer exemplos que dão certo, reconhecer momentos positivos na história de uma cidade. Continuar a construção, com humildade, diante dos muitos séculos de erros, enganos e violências. Todo o oposto do que vemos nas várias tendências e grupos políticos locais, onde a inação quando não a ação totalmente equivocada, a auto indulgência e a vaidade parecem sempre tomar a frente em todas as iniciativas, ficando os fracos objetivos relegados a último plano, quando não se chega a agir de forma a prejudicar iniciativas populares, mobilizações cidadãs constituídas com imensos sacrifícios, tão necessárias. Por tudo isso, é impossível não olhar a paisagem carioca pensando que ela também está olhando para nós.

Buscar caminhos de autonomia social, política e ambiental, sem deixar de compreender a interdependência profunda entre todos os elementos aí presentes e que se incluem integralmente no binômio cidade/natureza. Trabalhar exatamente nesta complexidade onde negociações difíceis são demandadas é o desafio diante do qual temos,

sem cessar, falhado. E o preço deste fracasso para a vida humana e para o ecossistema como um todo, tem sido avassalador. E o grande trabalho agora será construir a partir dos acertos e das forças que temos e não recair na armadilha das grandes novidades cuja maioria já nasce ultrapassada. Um pacto social urbano, que dê conta da relação cidade/natureza precisa ser construído e deve se tornar primeiro, como uma constituição das cidades que estabeleça parâmetros fundamentais de oferta de serviços e infraestruturas urbanas e retire dos governos o poder de usar as cidades como campo especulativo de acumulação de capital, sem atender aos preceitos mínimos demandados pela sociedade urbana em relação íntima com o seu sítio físico e os ecossistemas envolvidos.

Bibliografia

ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987. 147 p.

SEGRE, Roberto. Brasília 50 Anos. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 10, n. 117.04, Vitruvius, abr. 2010.
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.117/3417>>.

MCGUIRK, Justin. *Radical Cities. Across Latin America in Search of a New Architecture*. 2015

JEUDY, Henri-Pierre, MOREIRA, Clarissa. O Simulacro Perfeito. In <http://uninomade.net/tenda/o-simulacro-perfeito/>. 2018.